

O ENSINO DE GRAMÁTICA NUMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA: UM ESTUDO DE CASO COM PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Aleandra Rocha SANTANA¹
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
alersantana@hotmail.com

Resumo: O propósito desse trabalho é verificar como está sendo realizado o ensino de gramática, numa escola pública de Vitória da Conquista. Discutiremos também sobre a importância da gramática tanto para a escola quanto para o convívio social, e como os professores de Língua Portuguesa deixam a desejar um ensino significativo da língua. Para isso, fizemos uma pesquisa do tipo estudo de caso, na qual foram observadas aulas de professores de Língua Portuguesa e aplicado um questionário a estes. Essa pesquisa foi analisada com base em alguns autores: Travaglia (2009), Oliveira (2010), dentre outros. Portanto, ao longo desse trabalho notaremos que o ensino de gramática é baseado na nomenclatura gramatical e que os professores têm uma crença equivocada a respeito desse ensino.

Palavras-chave: gramática; ensino; professores; pesquisa.

1. Introdução

Podemos reconhecer que a língua é relevante para a comunicação social. Ela comporta a gramática que determina suas regras de uso e funcionamento. Conhecer suas regularidades nos capacita para a interação verbal, para uma leitura significativa, e para a produção e interpretação de vários gêneros textuais. Nessa concepção, percebemos que a gramática está presente no nosso dia a dia quando falamos, ouvimos lemos e escrevemos. Desse modo, é necessário que a escola cumpra o seu papel de um ensino de gramática voltado para desenvolver a competência comunicativa dos alunos.

Esse estudo buscou fazer uma discussão sobre o que é gramática, que tem sua função na língua. Dentre vários tipos de gramática podem-se constatar pelo menos dois tipos fundamentais para um ensino de gramática significativa: A gramática normativa exigida tanto pela escola como pela sociedade e a descritiva que não estuda apenas a norma culta, mas outras variedades linguísticas. Sendo assim, essas duas gramáticas abarcam a importância do conhecimento gramatical dentro e fora do ambiente escolar.

É importante evidenciar a polissemia da *Gramática*. Assim, buscou-se demonstrar alguns exemplos de como o termo *gramática* é usado pela escola, professores e gramáticos com distintos sentidos, para designar várias coisas. Verificou-se que o nome *gramática* pode ser utilizado para se referir a um livro, uma boa escrita, uma disciplina.

Em relação ao ensino de gramática, alguns autores afirmam que o ensino de gramática é descontextualizado, baseado na gramática normativa, a qual prioriza apenas a língua de prestígio social, abrindo mão das outras variedades linguísticas. Sendo assim, o

¹ Graduanda em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

ensino está voltado apenas para a nomenclatura gramatical e não capacita o discente para o uso adequado da língua, nas diversas situações de interação comunicativa. Além disso, os autores certificaram algumas “verdades” que a sociedade, os alunos e os professores de Língua Portuguesa acreditam. Entre elas, a de que o falante não tem o conhecimento de gramática e que, portanto, não sabe falar português. Soma-se a essa problemática, a de que o ensino gramatical é o bastante para a constituição e compreensão de diversos tipos de textos. Isso não é verdade, pois, para essa competência exigem-se outros tipos de conhecimento, além do gramatical, como esclarece Antunes (2007).

O olhar dos professores de Língua Portuguesa a respeito do ensino gramatical foi analisado com base no questionário que partiu das seguintes questões: Como é o ensino de gramática? Como o ensino gramatical ajuda aos alunos a interpretar seus textos? O ensino de gramática é contextualizado? O que os professores de Língua Portuguesa fazem para que o ensino de gramática seja mais interessante e descontraído? Quais são os recursos utilizados na aula de gramática? Qual é a utilidade da gramática para o aluno, dentro e fora da escola? Quais são as funções da gramática para a produção textual? E como é cobrada a avaliação de gramática?

O presente trabalho visa analisar como está ocorrendo o ensino de gramática e qual é o olhar dos professores a respeito dos seus trabalhos. Para essa análise foi feita uma pesquisa do tipo estudo de caso, em que foram observadas algumas aulas de Língua Portuguesa de duas professoras, do 6º ano do ensino fundamental II, numa escola pública de Vitória da Conquista-Bahia. Após as observações foi aplicado um questionário às professoras.

Os resultados dessa pesquisa foram interpretados de acordo com as reflexões do referencial teórico escolhido. Essa pesquisa foi de grande relevância, visto que, a pesquisadora pôde averiguar a realização do ensino de gramática na escola pública, bem como repensar sobre o objeto de ensino.

2. O que é Gramática?

O termo *gramática* pode ser usado para designar várias coisas. Esse termo pode ser usado para se referir a *uma gramática*, ou seja, um tipo de livro de gramática que contém informações sobre regras de uso linguístico.

O nome *gramática* também é usado por professores para designar uma boa escrita dos alunos. Nesse caso, o termo *gramática* está sendo usado como sinônimo de sintaxe. Para Oliveira (2010) esse conceito é equivocado, pois, para escrever bem, não basta saber gramática. O professor de português geralmente tem a visão equivocada de que o aluno que escreve bem, que não comete tantos erros ortográficos, tem uma boa escrita. De acordo com Antunes (2007), para escrever bem, não basta saber apenas gramática, mas também, outros conhecimentos que contribuem para uma escrita favorável.

Gramática ainda pode ser utilizada para se referir a uma disciplina escolar que faz parte das aulas de Língua Portuguesa. Disciplina que os alunos odeiam pelo fato de ter que memorizar muitas regras e conceitos que, para eles não têm serventia nenhuma, a não ser para obterem alguma nota.

Quando os educadores propõem aos alunos que façam algum tipo de texto, os discentes se apavoram, pois, não sabem o que fazer e como fazer. Os professores não ensinam os elementos textuais para seus alunos, mas sabem que eles não serão capazes de produzir um texto só pelo fato de conhecer gramática. Segundo Antunes (2007), o ensino dessa disciplina é separado das aulas de literatura e redação, como se a gramática não fosse útil para escrever um texto ou ler literatura; ou se conhecer gramática pudesse ter alguma função sem as atividades comunicativas. Desse modo, percebe-se que para os professores de Língua

Portuguesa, gramática é sinônimo de nomenclatura gramatical e que, portanto, deve ser ensinada desvinculada de textos.

É geralmente dessa forma que são ministradas as disciplinas: gramática, literatura e redação nas escolas públicas, como se elas não tivessem nenhum tipo de ligação entre si, e como se não pudesse relacionar seus conteúdos. É por isso que os alunos tem muito dificuldade em escrever, pois, o ensino de gramática é fragmentado e separado da estrutura textual.

A gramática é um conjunto de regras que determinam e ajustam o uso da língua. É onde os usos da língua são analisados minuciosamente. Antunes (2007) elucida ainda, que a gramática faz parte da língua, portanto, toda língua tem a sua gramática independente do nível social, econômico, político e cultural em que é usada.

Existem vários tipos de gramática, tais como: normativa, descritiva, reflexiva, histórica, entre outras. Para o presente trabalho será limitado o estudo apenas das duas primeiras gramáticas porque estas abordam a importância da gramática dentro e fora da escola, além de contribuírem para o aprimoramento da competência comunicativa dos falantes, com o uso adequado das suas regras.

2.1 Gramática Normativa

A gramática normativa também chamada de gramática prescritiva é a utilizada na escola pública, vista como um agrupamento de regras para o bom uso da escrita e da fala. Para esse tipo de gramática, somente a língua padrão é considerada correta, as outras variedades linguísticas são incorretas. Sendo assim, essa gramática não leva em conta as diversas situações de interação comunicativa. Além disso, os professores de Língua Portuguesa deixam de ensinar as outras variedades da língua como se elas não existissem ou como se não fossem importantes para o uso linguístico.

2.2 Gramática Descritiva

A gramática descritiva faz uma descrição da forma e do funcionamento da língua falada, determinando o que é e o que não é gramatical. Segundo Travaglia (2009), gramatical é tudo que obedece às regras de ação linguística conforme determinada variedade da língua. Desse modo, essa gramática considera não apenas a norma padrão, como também, as outras variedades linguísticas usadas na sociedade, assim como afirma Travaglia (2009), quanto diz que essa concepção de gramática permite ao cientista fazer gramáticas não somente da variedade culta da língua, como também de qualquer variedade linguística. Sendo assim, o falar dos usuários da língua é considerado gramatical porque atende às regras funcionais da língua.

Esse tipo de gramática é adquirido pelo falante no convívio social, onde ele aprendeu a linguagem e, conseqüentemente, a gramática da qual faz uso. A gramática que o falante utiliza é a gramática internalizada, que é aquela que está na mente do locutor. Desse modo, essa gramática é o objeto de estudo, no qual se baseia a gramática descritiva. Esse tipo de gramática é chamado, por Franco (1997), de *gramática da fala*, que é um sistema de regras interiorizadas pelo falante, desde criança. Para Antunes (2007), a gramática internalizada abrange todas as normas usuais de uma determinada língua. Abarca desde a constituição das sílabas até a formação de frases e períodos. Cabe ao educador saber qual é o nível de linguagem dos seus discentes para proporcionar-lhes a discussão, o confronto e o aprendizado do padrão oficial.

Todo falante tem o conhecimento da gramática, pois, de acordo com Antunes (2003), todos que falam uma língua têm a capacidade de usar as regras dessa língua para a produção de textos interpretáveis e relevantes. Isso não significa que os falantes saibam o nome e a classificação das unidades da língua, como por exemplo, o que é um verbo, um pronome, orações subordinadas e suas classificações, o que eles sabem são as regras de gramática.

É relevante que se faça a distinção entre *regras de gramática* e *regras de uso*, para que desfaça equívocos e preconceitos em relação à língua. Segundo Antunes (2003), regras de gramática são orientações de uso dos nomes da língua. O que o falante sabe é como empregar esses nomes na posição correta, como por exemplo, o uso do artigo definido e indefinido, as distinções de tempo, etc. O conhecimento que ele possui é o de usar as unidades linguísticas implicitamente. As regras de uso se referem à nomenclatura gramatical que é a nomeação e a classificação dessas unidades.

Percebe-se que essas duas gramáticas são distintas. Enquanto a gramática prescritiva prioriza apenas a norma culta da língua, a descritiva visa às variedades linguísticas de uso social. Além disso, a primeira enfatiza mais o uso da língua escrita, enquanto que a segunda dá mais ênfase à oralidade. Elas ainda se distinguem em outro aspecto, a prescritiva delimita o que é certo e o que é errado na língua, ao contrário da descritiva, que não indica erro, mas a adequação linguística. Antunes (2007) concorda com essa adequação, afirmando que ninguém diz do modo que quer, o que quer, em qualquer local. Para isso, é preciso que se tenha o conhecimento das variedades da língua para o uso efetivo da língua.

3. O ensino de gramática

O ensino de gramática nas escolas públicas não é contextualizado, pois a gramática é ensinada por meio de frases e palavras soltas, desvinculadas de um contexto. Em relação a esse ensino, Antunes (2003) confirma que as atividades de gramática são compostas por palavras desagregadas, inventadas, sem interlocutores, sem função, que servem apenas como lição. Esse ensino está pautado na nomenclatura gramatical. Desse modo, o discente só será capaz de nomear e classificar as unidades linguísticas, sem o conhecimento dos efeitos que elas provocam nos textos em que são inseridas. Geralmente, é dessa maneira que os professores de Língua Portuguesa propõem os exercícios escolares que visam grifar, circular ou identificar as unidades linguísticas, sem levar em consideração o funcionamento e a aplicabilidade da gramática em textos orais ou escritos.

A prática pedagógica baseada na nomenclatura se repete ano após ano, sendo muito exigida pela sociedade, pelos professores, pela escola, etc. A sociedade exige muito o ensino gramatical, visto que, a norma padrão é de grande prestígio social, além de ser a norma relevante para uma entrevista de emprego, etc. Travaglia (2009) critica a escola, dizendo que esta tem o ensino gramatical como cumprimento do programa, não atendendo as dificuldades apresentadas pelos alunos no uso da linguagem como processo de interação. O autor ainda diz que talvez essa exigência seja também, pelo currículo, pelos concursos, etc. Para Possenti (1996), a função da escola é trabalhar a língua padrão, ou pelo menos, fornecer oportunidades para que ela seja adquirida.

Antunes (2003) afirma que a gramática também é ensinada através de regularidades imutáveis como se a língua fosse uniforme, invariável, em que sua mudança foi algo que ocorreu há muito tempo e não ocorre mais. As línguas mudam naturalmente, com o tempo e com a sociedade em que é falada. Não importa qual é o desenvolvimento econômico da comunidade, pois, as línguas mudam tanto em sociedades desenvolvidas quanto em sociedades subdesenvolvidas. Desse modo, admitir que as línguas mudam, é o mesmo que reconhecer que uma gramática também é variável às situações que a língua atua.

Oliveira (2010) alega que os professores dizem ensinar gramática contextualizada sem a conscientização do que a expressão *gramática contextualizada* revela. Na verdade, o que eles fazem é o usar o texto como pretexto para examinar a gramática prescritiva, retirando do texto nomes, sentenças, para nomearem e classificarem. Além disso, eles insistem na crença equivocada de que o conhecimento gramatical é bastante para aprender a ler e a escrever com eficácia. Antunes (2007) contrapõe a essa credibilidade, dizendo que para interpretar e produzir um texto não basta apenas o conhecimento gramatical que envolve o conhecimento lexical (vocabulário da língua), mas também, outros conhecimentos tais como: o conhecimento de mundo, o conhecimento dos recursos da textualidade e o conhecimento das normas sociais da língua que tem a finalidade de regular o comportamento dos indivíduos nas diversas situações de comunicação verbal.

O ensino de gramática não é produtivo, pois, não desenvolve a competência comunicativa dos alunos para que estes saibam como se expressar nas diversas situações de comunicação verbal, visto que, a gramática existe para regular os usos adequados da fala e da escrita das línguas como relata Antunes (2003). Em resposta à pergunta: Para que ensinar português para falantes nativos deste idioma? Travaglia (2009) justifica que o ensino da língua materna é para desenvolver essa competência nos usuários da língua. O autor ainda dá uma segunda resposta a essa questão, incluindo dois objetivos para o ensino da Língua Portuguesa: a aprendizagem da língua padrão e o ensino da variante escrita da língua. Batista (1980) relata que o ensino gramatical não tem objetivos delineados devido algumas consequências causadas pela rotulação precisa, à falta de desafios, a ausência de dosagem e de reprodução dos conhecimentos da gramática.

4. Avaliação de Gramática

Percebe-se que o ensino de gramática tem muitos objetivos, mas estes não são realizados devido ao ensino insignificante que é repassado aos alunos. Segundo Batista (1980), a visão que se tem do ensino gramatical, é um ensino repetitório, sem progressão. Os assuntos continuam os mesmos e tem um prazo determinado para seu ensino, não levando em consideração o ritmo de aprendizagem dos alunos. Sendo assim, não é de se esperar bons resultados desse ensino.

De acordo com Antunes (2003), no método de ensino-aprendizagem, há uma interdependência entre o ensino e a avaliação, em que não se pode cobrar desta o que não foi ensinado. Porém, essa interdependência foi rompida da rotina escolar. A avaliação é vista como “uma prestação de contas” (p.156), em que tudo é cobrado, todos os conteúdos dados na aula. O ato de avaliar é exatamente para testar ou provar a memorização do que foi transmitido em sala de aula, para selecionar quem passou ou não de ano, para apontar erros e para conceder notas. Infelizmente, o professor não vê esse ato como forma de avaliação da sua profissão.

Antunes (2003) ainda diz que seria interessante que o professor mudasse sua concepção de avaliação, pois, esta lhe dará pistas sobre o resultado da metodologia de ensino que utilizou, e a partir desses resultados, poderá perceber se o seu trabalho foi satisfatório para a aprendizagem, caso contrário, terá que reaver seu método de ensino, pensando no que pode ser melhorado e no que deve permanecer. Contudo, não é dessa forma que a avaliação é feita nas escolas, continua sendo do mesmo modo tradicional. Ao receberem as provas ou testes dos discentes, os professores só marcam o que está certo e o que está errado, entregando-os aos alunos sem nenhuma explicação. Desse modo, estes ficam sem o entendimento do porque sua opção estava errada e porque determinada alternativa é a correta.

Nessa perspectiva pode-se entender porque que o ensino de gramática não dá “frutos”. Questiona-se então, para que ensinar gramática? Ou se deve ou não ensiná-la? É sobre essas questões que trata o próximo tópico.

5. Ensinar ou não a gramática?

Além do equívoco de que basta o conhecimento gramatical para saber ler e escrever de modo eficiente, outro equívoco aparece, o de que a gramática não é para ser instruída.

Tendo em vista que o ensino de gramática não está sendo relevante, muitos questionam se devem ensinar ou não gramática? Antunes (2003) responde essa questão, justificando que o problema não é ensinar ou deixar de ensinar gramática, mas como ensinar as regularidades de uso da língua nos diversos gêneros textuais escritos ou orais. Como por exemplo, que normas ensinar para a produção de uma notícia, um resumo, um requerimento.

Outra questão se deriva desse problema, a de ensinar essas regras com que propósitos, com que concepções, para progredir que habilidades. É nessa concepção de ensino, que se deve basear o ensino gramatical. Batista (1980) concorda com essa concepção, ao confirmar que é necessário que o professor tenha o conhecimento do que ensinar, com que objetivos e como será esse ensino.

6. Análise de dados: observação de aula e questionário

Para o presente estudo foram observadas duas turmas do 6º ano do ensino fundamental II, e duas aulas de Língua portuguesa, de cada turma, com dois professores diferentes. Após as observações, foi aplicado um questionário para os professores, contendo perguntas subjetivas a respeito do ensino de gramática. Esse questionário foi analisado com base nas reflexões dos autores optados para esse artigo e também baseado nas observações de aula.

6.1 Observações de aula da professora A (PA)

A aula da professora A teve como tema “o grau do adjetivo e o grau do substantivo”. Para essa aula, ela fez uso do livro didático, quadro e pincel. Como na aula passada a professora já havia trabalhado o referido tema, nessa aula propôs a resolução de questões do livro didático. Essas questões são do poema “Orion” de Carlos Drummond de Andrade.

Os alunos responderam as questões no caderno, individualmente. Após algum tempo, a educadora fez a correção em voz alta. Ela fazia as perguntas aos alunos, alguns respondiam, outros não, ora acertavam, ora erravam.

Depois da resolução das atividades, a professora escreveu outra atividade no quadro sobre o grau dos adjetivos. O exercício proposto pela professora A é fragmentado. Como exemplo, podemos citar: “As palavras estão no absoluto sintético quando acrescentamos sufixos como: íssimo – ílimo – érrimo à palavra: a) antigo; b) áspero; c) bom; d) baixo”.

Como podemos perceber o ensino gramatical da professora A é descontextualizado, visto que, a atividade proposta por ela é baseada na nomenclatura gramatical, feita por palavras e frases separadas dos usos textuais. As palavras soltas apresentam um sentido diferente daquelas palavras que estão dentro de um contexto, pois, o que vai determinar o sentido exato da palavra é o contexto em que ela estiver inserida.

A respeito desse ensino gramatical, Antunes (2003) assegura que nenhuma norma gramatical tem valor em si mesma, pois, o seu valor está na aplicabilidade e na funcionalidade em textos orais e escritos.

6.2 Observação de aula da professora B (PB)

A aula da professora B teve como tema “substantivo”. Para essa aula, ela usou os mesmos recursos que PA. A explicação do conteúdo foi oralmente e acompanhada no livro pelos alunos, às vezes anotava alguma palavra no quadro. A professora B solicitava aos alunos que fizessem a leitura do conceito gramatical de substantivo e das suas classificações. Primeiramente, o aluno lia a definição de determinado tipo de substantivo. Após a leitura a referida professora explicava essa definição com base na gramática normativa e depois escrevia alguns exemplos de substantivos no quadro, escritos fora de qualquer contexto. Às vezes ela escrevia algumas palavras no quadro e perguntava aos alunos a que classe de substantivo tal palavra pertencia.

Pela explicação dessa professora percebe-se que seu ensino de gramática também é descontextualizado, pois, só nomeia as unidades da língua e classifica-as conforme a gramática prescritiva. Para Antunes: “[...], o grande engano é acreditar que vasculhar o terreno das nomenclaturas e exercitar o reconhecimento dos nomes das unidades constitui ensino de gramática e, pior ainda, confere competência a quem ensina e a quem aprende.” (ANTUNES, 2007, P.78).

A metodologia de ensino das duas professoras demonstraram o apego que os professores de Língua Portuguesa têm à nomenclatura.

6.3 Análise do questionário

Além das observações de aula, foi aplicado um questionário de igual teor a duas professoras, contendo perguntas subjetivas a respeito do ensino de gramática, com o propósito de verificar quais são as concepções e qual é o olhar dessas educadoras no que se refere ao ensino gramatical.

Na primeira proposição referente ao ensino de gramática, ambas responderam que trabalham com a gramática normativa, construindo conceitos gramaticais e identificando-os em diferentes situações textuais. A professora A afirma que a gramática tradicional é o porto seguro. Ela ainda relata que procura adequar o seu trabalho de acordo com as propostas dos PCN’s de um ensino de língua contextualizada. Essa é uma das propostas dos PCN’s (1998) que critica o ensino gramatical descontextualizado da metalinguagem. Porém, com a análise da observação de aula, pudemos perceber que o discurso da professora A de que trabalha com o ensino de gramática contextualizada não confere com a sua prática, pois, sua prática pedagógica é baseada na nomenclatura gramatical.

A professora A, vê o estudo gramatical como se fosse tudo que necessita para a aprendizagem da leitura e da escrita quando diz que a gramática normativa é o porto seguro. Esse olhar da PA coincidiu com as palavras de Franco (1997), que salienta que o ensino de gramática é visto como se fosse toda a substância da língua. Assim como o discurso da professora A, a fala da professora B, de que seu ensino é contextualizado, não condiz com sua metodologia de ensino.

Além disso, as docentes falam que trabalham com a gramática contextualizada, mas não é isso que fazem. Segundo Oliveira (2010), os professores incorporam muito o termo *gramática contextualizada*, sem terem a consciência do que esse termo representa. O

importante para o professor seria conscientizar-se a respeito da estrutura teórica que alimenta a prática pedagógica, e não, incorporar termos a esta. Para que as definições representadas pelos termos, provenientes dessa estrutura teórica tenham significação e, desse modo, possam ser concretizadas em suas lições.

Na segunda proposição, em que se questionou como o ensino de gramática ajuda aos alunos a interpretar os seus textos, a professora A profere que o ensino de gramática oferece condições para o aluno ampliar seu discurso linguístico por meio das regras gramaticas. Já PB diz que propõe análise textual com a finalidade de perceber e reconhecer o papel semântico e estilístico do texto.

No que se refere à contribuição da gramática para a interpretação textual, PA enfatiza apenas a oralidade quando afirma que o ensino gramatical serve para a ampliação da atividade comunicativa do falante. Enquanto que PB propõe um exame tanto em textos orais quanto em textos escritos quando pretende analisar suas funções semânticas e estilísticas.

O olhar da professora B se aproxima da visão de Antunes (2007) que salienta que as regras de textualização e as normas de comunicação abarca tudo o que precisa conhecer para produzir e interpretar um texto e tudo que tem de conhecer para a realização da comunicação verbal.

Na terceira proposição questiona se o ensino é contextualizado. A PA responde que o ensino de gramática só é contextualizado no momento da leitura e da interpretação textual. A resposta da outra professora é simplesmente “sim”.

O que realmente PA faz como foi verificado na observação de aula é a leitura seguida de interpretação do texto, em que extrai deste, palavras isoladas, nomeando-as de acordo com a classe gramatical que pertencem, assim como declara Oliveira:

Alguns professores, ao afirmarem trabalhar com gramática “contextualizada”, em que tudo seria abordado a partir da leitura do texto, mascaram, na verdade, uma prática de análise morfosintática de palavras, expressões ou períodos retirados de um texto de leitura, transformando em pretexto para a análise gramatical tradicional. (OLIVEIRA, 2010, P.234).

A professora B apenas afirmou a resposta, sem nenhuma explicação do que ela entende por gramática contextualizada.

A quarta proposição trata sobre o que os professores de língua portuguesa fazem para que o ensino de gramática seja interessante e descontraído. A esse respeito, PA fala que propõe atividades em grupo de forma cooperativa e competitiva para contribuir com a aprendizagem dos alunos. PB refere a projetos específicos, especiais e exclusivos, mas não citou nenhum tipo de projeto.

Esse tema se aproxima do que determina Antunes (2003), quando alega que o estudo de gramática deve ser instigante, estimulante, desafiador para que se destrua esse pensamento errado de que o estudo da língua não é interessante.

A quinta proposição diz respeito aos recursos utilizados na aula de gramática. Sobre essa questão PA fala que faz uso de diversos recursos como: pen drive, livro didático, revistas, entre outros. PB relata que sempre traz para a sala de aula alguma atividade lúdica que estimula o raciocínio.

As duas professoras discursam que renova as aulas de gramática com a utilidade de outros recursos além dos tradicionais.

Com base na observação de aula pode-se observar que essas educadoras não usaram outros meios para as aulas de gramática, mas apenas o livro didático, o quadro e o pincel. Seria muito proveitoso se elas usassem os recursos que citaram. Porém, o uso do livro didático é predominante no ensino de gramática, o que demonstra que o ensino continua tradicional.

Na sexta questão as professoras foram questionadas no que se refere à utilidade da gramática para o aluno, dentro e fora da escola. PA salienta que “o ensino de gramática é importante tanto para a fala quanto para a escrita, já que estamos inseridos numa sociedade, a qual exige o ensino de gramática normativa para ingressarmos no mercado de trabalho”. Já PB esclarece que a gramática deixa de ser um fim em si mesmo e se volta para as situações reais de comunicações.

A gramática tem o seu valor tanto na escola como fora dela, visto que, como afirma a professora A, a comunidade exige muito a norma culta da língua que aprendemos na escola por meio da gramática normativa. Essa norma é exigida em entrevistas de emprego, discurso público, vestibulares, concursos, etc. PB também concorda que a gramática tem seu valor social, pois, o conhecimento lexical que é envolvido pelo saber linguístico é fundamental para ampliar o vocabulário do falante, que precisa saber qual vocabulário é adequado para as diversas situações de comunicação. Quanto a esse tipo de conhecimento Antunes (2007) confirma que o léxico tem várias funções no que se refere à interação verbal nos textos que formamos. Como unidades de significação, os nomes são peças fundamentais para tecer a rede de significado do texto. Desse modo, são as palavras que exprimem as intenções pretendidas pelo autor, como também, são elas que amarram os subtópicos textuais.

A sétima proposição questionou-se sobre quais as funções da gramática para a produção textual? PA responde: “desenvolver a função da linguagem” Enquanto que PB menciona que “a gramática não é útil apenas para o mero emprego, mas também, para a função estética dessa categoria gramatical na construção de um texto.”.

Como abordou as duas professoras, a gramática é muito importante para a produção textual, visto que, a gramática contextualizada é uma condição imprescindível para a produção e compressão de textos importantes, conexos e apropriados socialmente. O texto é o lugar em que as regularidades estudadas são aplicadas como relata Antunes (2003).

Na última proposição as educadoras foram questionadas a respeito de como a avaliação de gramática é cobrada. Ambas responderam a mesma coisa, com as mesmas palavras: “A avaliação é um instrumento da melhoria dos resultados”.

A descrição das professoras A e B têm proximidade com a reflexão de Antunes (2003) que vê a avaliação como resultado da metodologia de ensino usada pelo professor, com a finalidade de colher resultados sobre seu trabalho. A depender dos resultados, o educador poderá manter ou melhorar sua prática pedagógica.

7. Considerações finais

Ponderando a fundamentação teórica adotada, as observações de aula e o questionário em relação ao ensino gramatical na escola pública, podemos certificar de que esse ensino não está ocorrendo de modo significativo, visto que, não leva em conta a aprendizagem do aluno para novas habilidades linguísticas. Compreendemos que a gramática está sendo pautada na nomenclatura gramatical que é entendida pelos professores, como a forma “correta” de aprender gramática, não levando em conta às outras variedades da língua que são relevantes para a adequação da interação verbal.

Diante das reflexões apresentadas nesse trabalho, foi constatado que apenas o saber linguístico não é suficiente para o aprendizado da gramática, mas também outros conhecimentos que complementam esse saber.

Tanto na análise das observações de aula como na análise do questionário ficou evidente que ambas as professoras ensinam gramática de modo tradicional. Além disso, as educadoras acreditam que ensinam gramática contextualizada sem terem a consciência do que esse ensino significa. Desse modo, cabe aos professores de Língua Portuguesa se

conscientizar sobre o que é, de fato, a gramática contextualizada, refletir sobre seu método de ensino e buscar concretizar a teoria na prática, para que o ensino gramatical seja significativo.

8. Referências Bibliográficas

ANTUNES, Irandé, 1937-**Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**/ Irandé Antunes. –São Paulo: Parábola Editorial, 2007. (Estratégias de ensino; 5)

ANTUNES, Irandé, 1937. **Aula de português: encontro & interação**/Irandé Antunes, _ São Paulo: Parábola Editorial, 2003-(série aula; 1)

BATISTA, Maria Elizabeth Mota Zanetti. **Gramática**/Maria Elizabeth Mota Zanetti- São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1980. (Coleção educação contemporânea_ série metodologia e prática de ensino)

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**/ Secretaria de Educação Fundamental. . Brasília: MEC/SEF, 1998.

FRANCO, Angela. **Metodologia de ensino: Língua Portuguesa**/Angela Franco – Belo Horizonte, Editora Lê: Fundação Helena Antipoff, 1997. (Coleção Apoio)

OLIVEIRA, Luciano Amaral, 1964-**Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática**/Luciano Amaral Oliveira. - São Paulo: Parábola Editorial, 2010. - (Estratégias de ensino; 17)

POSSENTI, Sírio. **Porque (não) ensinar gramática na escola**/Sírio Possenti-Campinas, São Paulo: Mercado da Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996. (Coleção Leituras no Brasil).

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**/ Luiz Carlos Travaglia. - 14. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.